

A HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Luiz Henrique Pereira de Silva¹
Guilherme Nogueira de Carvalho²
Inaldo Moreno de Sousa³

RESUMO: A luta imposta no final do século passado é de reinterpretarmos o lugar do homem no mundo e reavaliação dos referenciais que têm orientado as ações das diferentes sociedades e culturas diante da natureza e na construção de ambientes. O diálogo do homem com o meio em que vive é extremamente vantajoso, tanto para a informação dos professores e à formação dos estudantes, quanto para a sedução daqueles que até então se mantêm afastados do tema Meio Ambiente. Este trabalho de pesquisa bibliográfica tem como objetivo geral fazer um levantamento da história e desenvolvimento da educação ambiental nas escolas. Conclui que, o coerente é que todos os segmentos educacionais (pais, alunos, professores, grupos gestor, grêmios estudantis) e comunidade em geral construam e executem os objetivos e busquem soluções em conjunto sobre os trabalhos a serem desenvolvidos, desde a prática de não se colocar lixo no chão, até o planejamento e execução das ações eficazes no que tange a questão ambiental, a partir da escolar e continuar com uma conscientização maciça da comunidade. Para tanto, devemos conceber a lei apenas como uma consequência da pertinência, da urgência e do prestígio que o tema, de fato, conquistou no interior da vida social, por que é sua responsabilidade implantar a lei, garantindo ações para que a prática da Educação Ambiental se realize nas escolas, informando, estabelecendo diretrizes, agindo de forma integrada, produzindo e divulgando materiais, proporcionando participação, formando professores, garantindo ações descentralizadas, disponibilizando recursos humanos e materiais, de forma participativa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação ambiental. Escola. Tema transversal. Educação.

1 INTRODUÇÃO

No momento em que o homem deu-se conta que os recursos naturais podem ser finitos e que há uma dinâmica biológica e geográfica de renovação destes recursos, percebeu a importância de considerar esta dinâmica da natureza nos processos econômicos e sociais. Com essa constatação nasce à ideia de sustentabilidade e equilíbrio entre o desenvolvimento social com qualidade e as condições naturais de manutenção da vida no planeta.

¹ Graduando do Curso de Geografia no Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco CESVASF, lhpsilva16@gmail.com;

² Graduando do Curso de Geografia no Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco CESVASF, guiilherme8@hotmail.com

³ Professor no Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco CESVASF, inaldomoreno@bol.com.br

A luta imposta neste final do século é de reinterpretarmos o lugar do homem no mundo e reavaliação dos referenciais que têm orientado as ações das diferentes sociedades e culturas diante da natureza e na construção de ambientes. O tema meio ambiente não se caracteriza apenas por ser um recorte diferente em comparação com as disciplinas. Ele é um fragmento que está se tornando grande com a construção social e histórica, como produto de movimentos e lutas sociais, que vem estudar a realidade por outro ponto de vista, intervindo diretamente nela, para reformá-la, ou mesmo revolucionar os grandes problemas que danificam o meio ambiente.

A convivência com o tema transversal Meio Ambiente seria suficiente para aproximar o universo escolar da realidade. Caso se consiga aproximar a realidade do ensino escolar, já seria muito, no entanto, faz-se necessário destacar que para ocorrer esta situação é preciso aproveitar o potencial integral de um tema transversal, no caso em estudo, o meio ambiente. Assim, pretende-se, neste trabalho científico, levantar um panorama da educação ambiental nas escolas públicas com foco nas iniciativas das Políticas Públicas.

As pessoas são o espelho do ambiente em que vivem. Elas não nascem boas ou más, é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros. A família, os meios de comunicação, o convívio com outras culturas, têm influência primordial no comportamento e formação moral e intelectual das crianças, jovens, adolescentes e adultos. Não cabe somente a escola ditar as regras da ética, muito pelo contrário, não se pode pensar que a escola seja a única responsável pela formação do indivíduo. Seu poder de formar o homem é limitado, ou talvez em vão, se não houver uma interação homogênea com a comunidade, em constante equilíbrio com a realidade do indivíduo.

Nessa perspectiva, esse trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e como objetivo geral fazer um levantamento da história e desenvolvimento da educação ambiental nas escolas.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A síntese da Política Nacional de Educação Ambiental aborda o fato de que o papel da Educação Ambiental já estava reconhecido, internacional e nacionalmente, muito antes da promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental. Para isso, basta ver a profusão de documentos tratados, cartas de recomendação, portarias existentes, dentre outros.

Diante dessas recomendações acordadas em âmbito internacional, o Congresso

Nacional instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, por meio da lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Essa lei, por sua vez está sendo regulamentada visando seu detalhamento e operacionalização, com resultados satisfatórios.

A lei traduz as concepções relevantes da Educação Ambiental, as mesmas que vinham sendo discutidas pelas lutas sociais organizadas em nível mundial, e que constam nos documentos internacionais. Para sua eficácia, precisa que seja colocada em prática de forma integrada em todos os níveis e modalidades de ensino, como direitos coletivos e responsabilidade coletiva, através dos meios de comunicação, do poder público em geral e da sociedade como um todo.

Em seu teor há a responsabilidade de ser promovida a Educação Ambiental, permeada de ações, com base na pedagogia de projetos, para que esta seja desenvolvida de uma visão holística, com foco na prática democrática, participativa e inclusiva, cuja dinâmica do meio ambiente seja explorada de forma total, ressaltando a interdependência entre o meio natural e os processos socioeconômicos, políticos e culturais. Por essa perspectiva, o estudo sobre o meio ambiente direciona-se para a promoção da construção de uma prática sustentável, acrescentando ainda que, a capacitação do professor deve ser um marco estratégico de primordial relevância para a implementação da Educação Ambiental no ensino.

A Política Nacional de Educação Ambiental propõe estímulos à democratização das questões ambientais, oferecendo também incentivos para a participação individual e coletiva, para que haja uma atuação permanente e responsável pela defesa ambiental e a definição de qualidade ambiental como valor inseparável da cidadania.

Vemos que a Política Nacional de Educação Ambiental torna obrigatório o tratamento à dimensão ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, porém, não pode ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Aliás, é proibido por esta lei tratar a Educação Ambiental como uma disciplina, também é a recomendação do PCNs do Ensino Fundamental.

Quando a PNEA incluiu a Educação Ambiental na escola, de forma oficial, significa que as questões ambientais devem ser tratadas de modo duradouro, abrangente e profundo. Devemos ponderar que as gerações que hoje fazem o processo educacional, têm com a lei 9.795/99, o argumento e o amparo legal para exigir de professores, orientadores pedagógicos e direção escolar a inclusão da Educação Ambiental em seu processo educativo. Por outro lado, os educadores terão a possibilidade de fundamentar e enriquecer sua prática

pedagógica, com a absorção da dimensão ambiental nos conteúdos específicos de suas disciplinas.

O poder público e as instituições de ensino têm a incumbência de desenvolver estratégias para que a lei seja implementada. Os PCNs, por exemplo, fazem parte da política de formação de professores da Secretaria de Ensino Fundamental. E, de forma muito tímida, propõem implementar a Educação Ambiental na escola com base na transversalidade, cumprido assim os preceitos da PNEA.

A ausência de políticas abrangentes e explícitas pode corresponder à dispersão das ações e, muitas vezes, à submissão da gestão pública ao livre jogo das pressões promovidas por exercícios de políticas inconfessáveis”. [...] “Elas constituem o arcabouço legal que, associado ao institucional, serve de referência para as lutas pela promoção e garantia dos direitos sociais, pela efetividade das ações públicas (MOISÉS, 2000, pp. 97-100, apud Educação Ambiental e Políticas Públicas2).

Não acreditamos e defendemos a ideia de que a Educação Ambiental deve penetrar o universo escolar não por força da lei, mas pela necessidade de darmos um bom tratamento ao desequilíbrio ambiental que se avizinha. Devemos conceber a lei apenas como uma consequência da pertinência, da urgência e do prestígio que o tema, de fato, conquistou no interior da vida social.

Além disso, a lei não garante que a Educação Ambiental aconteça na escola, muito menos garante sua qualidade. É aí que entra o papel do poder em utilizar a lei para legitimar, regular e parâmentar suas ações, bem como cobrar seus direitos. Do poder público, por que é sua responsabilidade implantar a lei, garantindo ações para que a prática da Educação Ambiental se realize nas escolas, informando, estabelecendo diretrizes, agindo de forma integrada, produzindo e divulgando materiais, proporcionando participação, formando professores, garantindo ações descentralizadas, disponibilizando recursos humanos e materiais, de forma participativa e inclusiva.

3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

O debate sobre a Educação Ambiental no ensino está centrado em sua caracterização como disciplina. Atualmente, é unânime o discurso contrário à implantação da educação ambiental como disciplina. Tal discurso justifica-se pela crítica ao compartilhamento do

conhecimento e sua dinâmica não se encaixar na prática pedagógica tradicional – tendência tão presente nas concepções de educação.

Embora não seja prevista como uma disciplina, a escola ainda na aprendeu a interdisciplinar a educação ambiental, pois, percebemos que esta se restringe à prática projetos temáticos que, muitas vezes acontecem de forma desarticulada do currículo e, portanto, das possibilidades de se formar um diálogo entre as áreas do conhecimento com a temática. De forma freqüente, a educação ambiental resume-se a ações voltadas às datas comemorativas. Tais iniciativas, na maioria das vezes, são produtos que nascem de alguns professores interessados no assunto, que acabam por desenvolver a educação ambiental de forma extracurricular.

Percebemos que nas escolas, quando se resolvem trabalhar com a educação ambiental, existem diversos projetos com objetivos vagos e pouco precisos, metodologias e estratégias imprecisas e direcionadas, normalmente, a ações localizadas e efêmeras. Muitas vezes são trabalhos descontextualizados, sem o trâmite de passar por um diagnóstico regional e local e, quando muito, tem sua base concentrada em aspectos puramente ecológicos, excluindo-se os fatores culturais, sociais políticos e econômicos que deveriam ser encarados como partes integrantes da temática ambiental.

Outra característica que se desencadeia quando da elaboração de projetos voltados ao meio ambiente são as tendências de se trabalhar o assunto através de uma visão catastrófica do mundo, do futuro e das ações do ser humano e basear-se em situações problemáticas. Raras às vezes os projetos são construídos levando-se em conta as potencialidades da região em que a comunidade escolar está inserida.

4 MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E MORAL

A instituição escolar, que tem como tarefa específica à socialização do conhecimento, tem sido alvo de discussões sobre a insistência ou necessidade de incumbir-se também na formação moral de seus membros. Ela se dá, na verdade, na articulação contraditória de permanência e mudança, manutenção e inovação da educação, porém, não esquecendo que não só a escola, mais as demais instituições sociais são responsáveis pelo processo de formação educacional e moral do indivíduo.

Na história da educação brasileira, especificamente, essa questão manifestou-se de diferentes maneiras, em diversas épocas dentro do campo das ciências:

Em 1826, o primeiro projeto de ensino apresentado à Câmara dos Deputados previa que o aluno deveria ter “conhecimentos morais, cívicos e econômicos”. Não se tratava de conteúdo, pois não havia ainda um currículo nacional com elenco de matérias. Quando tal elenco foi criado, em 1909, a educação moral não apareceu como conteúdo, mas existia essa preocupação quando se tratou das finalidades de ensino.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/96), em seu título II, afirma que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Verifica-se, portanto, uma preocupação com a abrangência moral da educação, como instituição especificamente destinada à educação moral de seus alunos, embora não seja a única responsável por esta formação. Assim, coloca-se em discussão o caráter de sua participação. Existe todo um aglomerado social que interfere em sua formação, como a presença constante dos meios de comunicação (televisão, rádio, vizinhos, propagandas de variados tipos, linguagens diversas, etc.), que inevitavelmente, influenciam nos sistemas de valores, que podem ocasionar divergências, complementos ou conflitos dentro do contexto complexo que é o social e também o meio ambiente.

A escola, dentro dos princípios morais, não deve ser vista apenas como mais um meio social onde a pessoa apenas vai transitar por um período de sua vida, mas como um espaço onde as práticas sociais serão lapidadas, com valores não apenas determinados, mas estabelecidos por hierarquia, ampliando a capacidade de julgamento e consciência de como realizar escolhas. Sendo assim, o indivíduo estará hábito a um convívio sociocultural de forma a ter uma consciência moral autônoma, capaz de posicionar-se convincente em situações de enfrentar e resolver conflitos que se apresentam diariamente em nossos sistemas ambientais.

Para se preparar uma proposta curricular satisfatória, é preciso que se comentem experiências, também classificadas como tendências de formação moral, que já foram tentadas no Brasil e no exterior, buscando nelas elementos positivos e limitações, de forma a possibilitar uma discussão mais abrangente nos elementos que devem ser considerados na formação moral e ponderar às possibilidades didáticas nos tratamentos das questões morais na escola, segundo Vasconcelos (1996), a saber:

Tendência filosófica – Manifesta-se na apresentação de vários sistemas produzidos

historicamente pela Filosofia, baseados nas ideias dos antigos filósofos gregos, que não se preocupa unicamente em fazer uma discussão entre o que é o Bom e o que é o Mal, mais promover o conhecimento de diversas opções de pensamento ético, para que os alunos se familiarizem com os mesmos e reflitam sobre eles, e se for o caso, escolher aquele com o qual se identifica.

Tendências cognitivistas – De maneira similar à tendência filosófica, esta tendência dá importância ao raciocínio e a reflexão acerca das questões morais, excluindo a apresentação de um elenco de valores que devem ser “aprendidos” pelos alunos. Esta tendência difere da filosófica porque, aquela faz o aluno refletir a partir de teorias de filósofos, enquanto esta pede reflexão a partir de dilemas morais do cotidiano, debatidos em grupo.

Tendências afetivistas – Consiste em facilitar no indivíduo maneiras de encontrar seu equilíbrio pessoal e suas possibilidades de crescimento intelectual por meios de técnicas psicológicas. Procura fazer com que a pessoa tome consciência de suas orientações afetivas concretas, para com isso conseguirem uma relação de harmonia com seu semelhante, isto é, se o indivíduo está de bem consigo mesmo, conseguirá estar de bem com o outro.

Tendências moralistas – A grande diferença entre esta tendência e as anteriores, é que esta tem um objetivo centralizado de forma normatizadora: ditar valores e atitudes corretas, as quais os alunos devem seguir à risca. Trata-se de uma espécie de doutrinação. No Brasil, a proposta de Moral e Cívica fundamentou-se neste modelo.

Tendência democrática – Este método trata de democratizar as relações entre os membros da escola, onde cada um pode participar da elaboração das regras, das discussões e das tomadas de decisões acerca de problemas concretamente ocorridos na instituição.

Tais tendências devem ser usadas para legitimar valores. Legitimar um valor significa colocar em prática aquilo que o indivíduo aprendeu, amadureceu e julga ser um valor moral. Nenhuma pessoa pode simplesmente legitimar um valor em decorrência de descontrolar o externo, pautar sua conduta por ele, segui-lo à risca por achar conveniente, independentemente de ser observado o porquê. Por exemplo, uma pessoa não deve pensar em roubar somente pelo medo de ir presa. Ela deve notar que o verdadeiro valor moral deste ato não é ir presa, mas está convicta de que não é certo roubar por um valor pessoal, colocando em risco a retidão de seu caráter. Assim também deve sua participação na preservação do meio ambiente. Não podemos jogar um papel na rua, por exemplo, porque todosa nossa volta jogam.

Dentro dos princípios morais, o professor deve assumir duas tarefas: uma delas é

conhecer melhor os seus alunos, tanto no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem; como a desejos, interesses, dificuldades experimentadas por eles em suas vidas. A outra é a ampliação de seus conhecimentos a partir da convivência com os valores morais dos alunos. Do posto de vista da ética, é fundamental que, ao planejar as atividades que serão trabalhadas com os alunos, o professor selecione conteúdos que explicita e desperte a curiosidade dos alunos, pelas diferentes formas de organização social e cultural existentes no mundo e pelos diferentes valores que sustentam o convívio na escola e fora dela (PUIG, 1998).

Podemos assim dizer que o Meio Ambiente, a Ciência e a moral firmam-se em uma proposta de educação baseada em valores. Valores de diversas ordens estão presentes na vida escolar, em todos os seus aspectos. Ao promover a aprendizagem em diversas áreas, os professores estão de alguma maneira, procurando despertar nos alunos o respeito por inúmeros valores humanos, como a exatidão, a precisão, a curiosidade, a criatividade e a verdade. Com esses valores, articula-se os valores morais, objeto da reflexão ética. Assim, verifica-se que a ciência e a moral precisam caminhar juntas para a descoberta de valores e necessário exercício da cidadania em prol do bem comum, da moral e dos princípios éticos, para que nosso meio ambiente seja vista como prioridade no quesito de preservação, para o bem da humanidade.

Para se trabalhar as disciplinas necessitam-se de um esforço de vários segmentos da escola. Desde os tempos mais remotos, a educação trabalhou o conhecimento de forma muito mecanizada e com igual metodologia para todos os alunos, sem levar em conta a individualidade de cada uma, demonstrando com isso o descarte da força existente nos modelos mentais existentes nas emoções humana e a influência destes no comportamento humano. Por outro lado, considerando que os alunos têm costume de ver o mundo a partir da visão do docente, por isso, terminam aceitando de forma passiva a proposta pedagógica que já vem pronta, e tais alunos exercem apenas o papel de receptor de informações, e estas, por sua vez, às vezes não são compreendidas ao ponto de gerar conhecimento (DEMO, 2005). Não podemos, portanto, desconsiderar que o professor ainda carrega em seus ombros a imagem de ser o detentor do conhecimento e, quer queira ou não, sempre será um espelho para seu aluno. Em se tratando de trabalhar o meio ambiente, objeto de estudo desse trabalho, é necessário haver um esforço coletivo.

Sabemos que não é de competência apenas do professor promover um bom aprendizado para o aluno, considerando que é primordial se fazer essa educação de forma

coletiva, juntamente com a família, ajudando o aluno a ter uma percepção individual de sua responsabilidade com sua educação e pelo ato de aprender, compreendendo com isso que haverá uma otimização de suas habilidades, que facilitará seu processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, o professor entra com a habilidade de fazer o aluno conhecer e desenvolver seu perfil de pensamento pessoal, como também saber como usar, para se tornar assim um ator ativo e participante em seu processo de aprender (RATEY, 2001).

Para que isso aconteça de forma efetiva, é imprescindível que o professor trabalhe a inteligência do aluno com estímulos capazes de fazer este assimilar os conteúdos trabalhados, motivando assim o aprendiz, considerando também que não existe apenas um caminho para se chegar ao conhecimento, pois cada pessoa tem suas particularidades, conforme Shore (2002). Considerando que alunos diferentes lembram e integram informações com diferentes modalidades sensoriais, analisar como as pessoas se relacionam, atuam e solucionam problemas, identificar os estilos específicos da aprendizagem, torna-se bastante útil.

Com base nessa fundamentação, percebemos que é de competência do professor oferecer, por meio de sua prática, um ambiente onde as diferenças individuais sejam respeitadas, para que os alunos se estimulem do ponto de vista intelectual e emocional. Com isso existe a necessidade do educador ser consciente de seu papel como interventor com a responsabilidade de mediar a informação, buscando colocar uma estrutura no ensino de forma que os alunos tenham condições de construir adequadamente seus conhecimentos partindo dos movimentos estimulantes de suas habilidades mentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa bibliográfica ora apresentada, percebemos que o trabalho com os temas sociais deve se concretizar nas decisões tomadas pela comunidade escolar, o que aponta a necessidade de envolvimento de todos no processo de definição do trabalho e das prioridades a serem eleitas para favorecer um ensino de qualidade sobre o meio ambiente, com participação da sociedade civil no contexto escolar.

Além de buscar uma coerência entre o que pretendemos ensinar para os alunos com o que se pratica na escola, devemos também nos preocupar com o que oferecer de concreto para que a eficácia do ensino possa ser fundamental para o tratamento da questão ambiental. Na conjuntura observada é difícil se conseguir sucesso educacional em meio ambiente

quando ministramos nossas aulas numa escola ecologicamente errada, com sujeira presente em todos os cantos, como o acúmulo de lixo, falta de higiene dos funcionários, deficiência na comunidade no que concerne aos cuidados com os detritos e aparas resultantes de suas dinâmicas com a natureza habitando no mesmo ambiente com os que fazem a escola.

O coerente é que todos os segmentos educacionais (pais, alunos, professores, grupos gestor, grêmios estudantis) e comunidade em geral construam e executem os objetivos e busquem soluções em conjunto sobre os trabalhos a serem desenvolvidos, desde a prática de não se colocar lixo no chão, até o planejamento e execução das ações eficazes no que tange a questão ambiental, a partir da escolar e continuar com uma conscientização maciça da comunidade.

Com o objetivo neste trabalho de levantar um pouco da história panorama da educação ambiental nas escolas públicas com foco nas iniciativas das Políticas Públicas, esperamos ter contribuído para deixar uma reflexão em torno do assunto tão em pauta na atualidade, que é a preservação ambiental, com estudo do tema transversal meio ambiente.

Com a formatação final, acrescentamos que o trabalho de pesquisa ora concluído, não se mostra acabado em seu teor, visto que deixa margens para que novos pesquisadores possam aprofundar os estudos acerca do tema.

Fica, portanto, este, como um recurso para enriquecer o acervo e possa servir de embasamento teórico para as práticas educativas de instituições escolares e outras instituições que trabalham em torno da questão estudada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Programa Parâmetros em Ação: Meio Ambiente na Escola- 5^a- a 8^a- série.** Guia do Formador - Módulo 4 - Meio Ambiente na escola. Brasília: MEC, 2000.

_____. **Programa Parâmetros em Ação: Caderno de apresentação.** Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação e dos Desportos e Sistema da Comunicação Social.

Jornal do MEC. Brasília, DF, ano XV, n° 20, agosto, 2002.

_____. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Temas Transversais. Brasília, DF, 1998.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei nº 9.795/1999, de 18 de abril de 1999.

_____. **Legislação do Meio Ambiente**: Lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1991. _____. PCN, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Ciências Naturais. Vol. 4, MEC/SEF; 1997.

DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE, P. **Política e educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTI, TORRES, C. (org). **Educação popular**. Utopia latino-americano. USP. São Paulo: Cortez, 2000.

GROSSI E BORDIN, J. (org). **Paixão de aprender**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.